

Alunos do Alentejo são os mais caros do País: custam 6042 euros

Custo médio. Depois do relatório do Tribunal de Contas, novo estudo do Ministério da Educação acentua despesa nas escolas públicas

ANA BELA FERREIRA

Cada aluno do Alentejo custa em média mais 909 euros por ano do que a média nacional. O custo médio por aluno dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário no ano letivo 2009/2010 era de 5133,56 euros, enquanto no Alentejo esse custo ultrapassava os seis mil euros por aluno/ano. Ainda assim, os autores do estudo sobre o custo por turma pedido pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) mostram-se mais preocupados com o custo na região Centro, a segunda mais cara do País.

O estudo volta a repetir outra conclusão: depois do Tribunal de Contas, é a vez da equipa coordenada pelo ex-ministro da Cultura Pedro Roseta, que garante que o custo por aluno é mais elevado nas escolas públicas do que nos colégios com contrato de associação. Nestes, o Estado paga por cada turma/ano 85 mil euros, enquanto nas escolas públicas esse valor será este ano 86 333 euros.

No relatório ontem apresentado pela tutela, as conclusões apontam para que o número reduzido de alunos por turma esteja a tornar o ensino mais caro. "Da análise efetuada dois factos chamaram a nossa atenção: o custo elevado do ensino na região Centro e o tamanho relativamente reduzido das turmas. Estes factos indicam que poderá haver um problema na conceção da rede de escolas, que poderá eventualmente estar a encarecer desnecessariamente o custo com o ensino em Portugal."

Os alunos do Centro custam 5997,87 euros. Mas aqui, tal como no Alentejo, o número de alunos por turma não ultrapassa os 19. No total foram analisadas 841 unidades orgânicas (escolas e agrupamentos).

Em 2009/2010, o custo médio anual por turma estava fixado nos 109 706 mil euros, mais 24 706 euros do que é pago nos contratos de associação. Para este ano, o valor gasto pelas escolas públicas continua acima do que custa nos privados com associação, mas será ligeiramente mais baixo (86 333 euros), graças aos cortes salariais, o corte de um subsídio, os custos de mobilidade de docentes, custos com cozinheiras e a adequação ao programa curricular para 2012/2013.

Estudo não é base para negociar A Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) defende que o estudo não faz mais do que "projeções". Mas o Governo admite que vai usar os seus dados e os do Tribunal de Contas para renegociar os contratos.

Em conferência de imprensa de apresentação do estudo, o secretário de Estado da Administração Escolar, João Casanova de Almeida, referiu que além dos "novos modelos de financiamento" dos privados que recebem alunos do sistema público, é nestes documentos que se vai basear a reorganização da rede escolar pública, já que o documento também refere a dimensão das turmas como um fator de encarecimento.

No entanto, ao DN, Rodrigo Queiroz e Melo, diretor executivo da AEEP, considera que este estudo "não é muito útil" para "melhorar a fórmula dos pagamentos aos privados". Isto porque apresenta vários modelos e deixa de fora gastos essenciais como "os gastos de manutenção ou as verbas que são pagas pelos municípios". Além de que "propõe uma redução do custo para este ano com base no fim de um subsídio e na redução dos salários mais elevados, que os privados continuam a pagar, e na re-



Turmas com menos de 20 alunos podem estar a tornar ensino mais caro, diz estudo

dução das disciplinas que deixaram professores de fora, mas a quem é preciso pagar indemnizações", sublinha Rodrigo Queiroz e Melo.

Na sua opinião, este estudo serve apenas para "reconfirmar que o privado é mais barato do que o público".

Professores são 85% da despesa No cálculo das despesas, os professores representam o maior peso para o custo do ensino por aluno. De acordo com o documento ontem divulgado, a atividade letiva representa cerca de 85% do total das despesas.

O custo total da educação situa-se nos 2,3 mil milhões de euros. As previsões para este ano letivo estipulam que, entre os vários modelos analisados (incluem turmas do ensino básico, secundário e profissional), os custos variem entre os 70 245 e os 70 648 euros no básico (2.º e 3.º ciclos) e entre os 88 995 e os 91 454 euros no secundário. Deduzindo das despesas da mobilidade dos docentes e o custo das cozinheiras, o custo total médio por turma deve situar-se nos 86 333 euros e cada aluno 4011 euros.

Custo do ensino do 2.º e 3.º ciclos e secundário

Dados do Ministério da Educação (e do Tribunal de Contas)



Tribunal de Contas apelava à revisão da rede

CONCLUSÕES Há menos de um mês, o Tribunal de Contas revelou o seu relatório sobre o custo anual da educação por aluno, tendo concluído que o ensino particular e cooperativo fica mais barato 400 euros do que a rede pública. Os 90 colégios, que atualmente integram a rede dos contratos de associação, referem por isso que os dois estudos serviram para pôr fim à discussão em torno do custo destes contratos.

A revisão das verbas foi feita em 2009, quando a média dos paga-

mentos era de 108 euros por turma/ano, e depois de muita contestação a transferência foi fixada nos 85 mil euros, com o argumento de que ainda assim eram mais caros do que público. Mas agora os dois estudos – do Tribunal de Contas e da equipa constituída pelo Ministério da Educação e Ciência – concluem que o custo é inferior no ensino cooperativo.

No seu relatório, o Tribunal de Contas aconselhava o Governo a melhorar e introduzir "planos oficiais de contabilidade nas escolas"

e também a "ponderar a necessidade de manutenção dos contratos de associação no âmbito da reorganização curricular".

Já o estudo agora apresentado defende que se deve olhar para os seus números com "cautela", já que o custo médio por turma "claramente sobrestimado". Mas ainda assim aconselha o Governo a usar os valores dos diferentes modelos de turma usados (básico, secundário e profissional) que são "mais realistas" para as negociações de novos contratos.